

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Raimunda Fernandes da Silva Souza¹
Maria Aparecida Dantas Bezerra²
Rozineide Iraci Pereira da Silva³
Orientadora: Profa. Drda. Nair Alves dos Santos Silva⁴

RESUMO

O presente artigo aborda o tema sobre a inclusão das crianças com deficiência na educação infantil como possibilidade de ampliar o desenvolvimento de suas habilidades, objetivando sua inserção em todos os espaços na esfera social. Para tanto foi explorado em um breve estudo baseado em um referencial teórico sobre a inclusão das crianças com deficiência, o preconceito, discriminação e as dificuldades enfrentadas na atualidade. A inclusão de pessoas com deficiência nas salas de aula do ensino regular desenvolve na mesma o desejo de ir buscar seus ideais, conquistar o seu espaço e sentir-se respeitada dentro e fora da sala de aula. A escola exerce um papel prioritário nesse processo, incentivando as crianças a respeitar as diferenças uma das outras, transformando o ambiente escolar em um ambiente acolhedor e propício a todas as pessoas, independente de suas limitações. O professor como mediador do conhecimento tem possibilidades de desenvolver nos educandos o respeito mútuo, o espírito crítico e a reciprocidade de carinho, na perspectiva de tornarem verdadeiros cidadãos. O direito a igualdade de oportunidades é uma conquista de toda criança que almeja viver em uma sociedade justa e livre de preconceitos e discriminação. Nesse contexto, não se pode deixar de salientar que a educação inclusiva está atrelada a um movimento mundial fundamentado nos princípios dos direitos humanos e da cidadania, objetivando eliminar a discriminação e a exclusão para garantir o direito à igualdade, transformando e fortalecendo os sistemas de ensino, de modo a propiciar a participação de todos os alunos. Assim o reconhecimento às diferenças culturais, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais, afetivas, constroem uma nova ética escolar no sentido de oportunizar uma nova concepção advinda de uma consciência ao mesmo tempo individual e social.

Palavras- Chave: Educação Infantil, Criança, Escola, Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

¹Mestranda do Curso de Ciências Internacional da Educação pela Atenas College University - EUA, raimunda.fernandes@yahoo.com;

²Doutoranda em Ciências da Educação pela Atenas College University - EUA, cidaraulinho@hotmail.com;

³Doutoranda em Ciências da Educação pela Atenas College University - EUA, neide-silva96@hotmail.com;

⁴Drda. Nair Alves dos Santos Silva: Doutoranda em Ciências da Educação, pela Atenas College University - EUA, bnairalves@gmail.com;

O presente artigo trata da inclusão de crianças com deficiência, onde prioriza as raízes históricas e culturais do fenômeno deficiência que sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito por parte de pais professores e da sociedade como um todo.

Desse modo vale ressaltar que de certa forma todos os seres humanos contêm a gênese da deficiência, motivo esse que a política do futuro em termo de integração deverá reavaliar certas posturas e orientar-se no sentido ante rejeição, tendo que adotar critérios contundentes com relação uma política de integração onde a rejeição e a exclusão minimizada.

As crianças com deficiência apresentam fortes características que fogem do padrão de normalidade, porem devem ser consideradas com características individuais. Dessa forma a relação de suas características de aprendizagem deve ser criteriosa e estudada, tendo como finalidade de adequar o ensino às suas capacidades potenciais.

Considerando tal situação torna-se importante salientar que as crianças não poderão ser excluídas do ambiente escolar pelo fato de apresentarem algum tipo de anomalia, pois isso não as impedem de compartilhar com as outras suas experiências e diferentes conhecimentos de sua vivencia.

Assim torna-se importante considerar que é imprescindível uma base para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, sem discriminação, é necessário sua ampliação com urgência, como menciona Fonseca (1996, pág.42), “A criança deficiente é intrinsecamente uma criança e como tal deve ser respeitada”.

O respeito e valorização a essas crianças as tornam fortes diante de suas dificuldades, possibilitando-as e encorajando-as a lutar por seus objetivos com determinação e persistência.

METODOLOGIA

Foi conduzido um estudo ressaltando que este artigo contempla de fontes de pesquisa a revisão bibliográfica e documental tomando como base os autores: Carvalho (2004), Mantoan (2015), Fonseca (1996), e dentre outros que contribuíram com eficiência em seus escritos, verificando os referenciais encontrados, aqueles que corroboraram ao objeto de estudo e apresentando subsídios aos objetivos da pesquisa a serem analisados para discussão sobre o processo de inclusão do aluno.

Averiguando as referências ligadas, aquelas que abordassem as temáticas relacionadas às finalidades dessa erudição que apresentassem subsídios para maior ponderação sobre os aspectos desenvolvidos, com relação a uma nova concepção sobre a inclusão.

DESENVOLVIMENTO

O Aluno com Deficiência e sua Valorização

Cada criança deverá ser vista como única, e valorizada com todas suas limitações em um universo infinito de possibilidades, sem que se estabeleça nenhum tipo de comparação, considerando-se que as diferenças são características evidentes de um indivíduo para o outro, onde nascemos capazes de escrever, falar, andar, comer, chorar, sorrir e entre outras coisas, mas cada um a sua maneira.

Por essa razão incluir a criança portadora de necessidades especiais no âmbito escolar é uma maneira de propiciar a mesma o desenvolvimento das suas potencialidades, viabilizando sua inserção em todos os espaços sociais. Nessa visão a formação dos processos pedagógicos visando uma nova postura de aprendizagem para os alunos especiais desde educação infantil é de extrema importância para que a aprendizagem esteja centrada no potencial de cada um, de forma que uma incapacidade pra andar, ouvir, enxergar ou um déficit no desenvolvimento não sejam classificados como falta de competência para aprender e nem causa para que as crianças desistam da escolarização, a Declaração de Salamanca diz que:

O princípio fundamental de uma escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder as diversas necessidades de seus alunos acomodando tentos estilos como ritmos diferentes de aprendizagem assegurando uma educação de qualidade a todos através do currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade. (SALAMANCA, 1994, p.186)

Desse modo a troca de experiências entre as crianças especiais é primordial para o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, emocional e social.

No entanto, a escola na atualidade para que possa ser vista como um espaço inclusivo precisa tornar extinta a condição de instituição burocrática cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais, transformando-se num espaço de decisão e possibilidades, ajustando-se ao seu contexto real e correspondendo os desafios que lhes são propostos, podendo ser visto e considerado como espaço de todos e para todos.

Esse novo conceito de escola implicará a busca e implantação de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças no seu interior. Desse modo o que se

deseja na realidade é a construção de uma sociedade inclusiva comprometida com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades específicas.

Dante do contexto real da escola é sabido, entretanto a mesma existe em função do aluno, onde ingressam nela para se apropriar de conhecimentos e amadurecer a ideia de aprendizagem, de habilidades para aprender a si relacionar crítica e produtivamente na sociedade. Sendo assim a criança portadora de necessidades específicas procura uma adaptação ao novo ambiente de forma a desenvolver um conceito atrativo e prazeroso de escola, onde ela possa se relacionar e socializar-se de forma que desperte em seu interior o desejo de participar das atividades escolares e extraescolares, uma vez que lhes são dadas oportunidades iguais.

Para Carvalho (2004, p.35), “Em considerar-se o direito à igualdade de oportunidades desiguais, isto é, diferentes segundo as características e necessidades de cada um”. Todas as crianças devem gozar das mesmas oportunidades uma vez que tem direitos garantidos por lei, desde que sejam respeitadas as suas características individuais e suas limitações.

Diante dos fatos torna-se notório que a integração é cada vez mais um movimento inovador do sistema de ensino, onde ressalta o alargamento de oportunidades e uma maior capacidade e acomodação de crianças com necessidades específicas, implementando-as aos recursos pedagógicos existentes no contexto educacional.

Dessa maneira a instrução e apropriação do conhecimento são diferentes de criança para criança e de professor para professor, pois não se deve esquecer que os professores são igualmente tão diferentes como os seus educandos. Diante dessas diferenças é de grande importância encorajar, apoiar e valorizar o espaço das crianças portadoras de necessidades específicas para a superação e amadurecimento de seu envolvimento no âmbito educativo social.

Nessa vivência as crianças terão com certeza vontade de sonhar cada vez mais e serão capazes de viver com dignidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Criança com Deficiência, Desafios e Superação

A superação dos próprios desafios para uma criança especial não é, e nunca será tarefa fácil em virtude de suas limitações, mas tudo poderá ser mais viável com estimulação, valorização, com o apoio da escola, da família e da comunidade em geral.

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que: A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Na verdade toda criança com deficiência ou não, devem se desenvolver completamente considerando as possibilidades de sua evolução, sendo imprescindível a participação da família e da comunidade, diante das dificuldades existentes em sua vida cotidiana.

Dessa forma a criança com deficiência, necessita de uma escola que aprenda a refletir criticamente a pesquisar e que não tenha medo de se arriscar com relação a criação e questionamento sobre o que está estabelecido na busca de rumos inovadores e em respostas às necessidades da inclusão. Uma escola que abra suas portas e direcionem os caminhos a serem trilhados para que os alunos possam ser protagonistas de sua própria historia.

Todavia é importante salientar que nenhuma criança ingressa na sala de aula como se fosse uma tábua rasa, pois trazem consigo suas experiências, suas fantasias, seus contos, sonhos, desejos e medos que precisam ser compartilhados para seu real crescimento.

Como diz Mantoan (2015, p.68), “Cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos”.

E nesta busca de respostas para atender e entender à diversidade das crianças com deficiência fica a certeza que é preciso desenvolver a função pedagógica do profissional da educação propiciando uma melhor qualidade de educação para todos.

A inclusão das crianças com deficiência desde a educação infantil é de suma importância para o desenvolvimento social e educacional, é uma grande possibilidade de fazer com que ela comece desde cedo a trilhar seu caminho, buscando conquistar seu espaço mesmo diante de suas dificuldades, criando vínculos e garantindo em muitas vezes sua autoestima e vontade de vencer diante dos obstáculos.

È no cotidiano escolar que as crianças com deficiência procuram buscar sua autonomia e descobrir seus mistérios de forma espontânea por meio do elo de confiança que foi entrelaçado na relação com as mesmas. E a partir dessa concepção começa a fluir o prazer de crescer, sorrir, amar e viver entre aqueles que são capazes de enxergar nessas crianças não

apenas uma pessoa que traz em sua história de vida uma deficiência, e sim pessoas totalmente voltadas para a transformação do mundo, pois perpétua em seu coração o amor e amizade.

Dessa forma a reciprocidade de carinho e respeito é de fundamental importância na vida de qualquer ser humano, especialmente na da criança que traz a ingenuidade e a doçura de espelhar-se naquela pessoa que lhe transmite confiança.

Toda criança, ao nascer, inicia a fascinante aventura de adaptar-se ao mundo equipada apenas de sua frágil organização herdada. Seus poderes naturais são formidáveis, e aos poucos, ela transforma, ajusta, aumenta, alarga e enriquece a sua organização somática inicial. Gradualmente torna-se mais acostumada a sugar, a alcançar, a agarrar e a identificar visualmente e a seguir objetos: este é o início de seu processo de adaptação ao mundo' (RODRIGUES, 1976, p.90).

De acordo com o autor de maneira natural aos poucos a criança começa a descobrir novas possibilidades de alcançar aquilo que lhes é favorável ao seu desenvolvimento social e cognitivo, o que implica dizer que não se pode continuar a defender que tem de ser a criança a se adaptar às exigências escolares, mas sim o contrário.

O sistema de ensino necessita está preparado pra receber toda e qualquer criança independente de qual seja sua especialidade e não continuar excluindo sistematicamente as crianças deficientes, estigmatizando-as com a desgraça e rotulando-as com um sinal de inferioridade permanente.

Desse modo um ambiente apropriado permite que a criança possa movimentar-se livremente e desenvolver-se no seu universo escolar garantindo-lhe evolução uma vez que a interação das crianças depende também das condições do espaço no qual ela está inserida.

Sendo assim a escola inclusiva é espaço de construção de cidadania, pois ela é um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento, tem papel primordial na formação da consciência da cidadania e de direitos, já que é ali que a criança começa a conviver num coletivo diversificado fora do contexto familiar.

Na proporção dos fatos é notório afirmar que a essência da pratica inclusiva descreve uma visão de inclusão capaz de proporcionar objetos de justiça social que envolve mudanças fundamentais na sociedade e nas assunções sobre o potencial humano, priorizando uma qualidade educacional das experiências oferecidas para às crianças. Assim: Iguamente de oportunidade é um amplo conjunto de valores comuns e de propósitos que estão subjacentes ao currículo e ao trabalho das escolas. Elas também incluem um compromisso com nossa própria valorização, de nossa família e de outras relações, dos grupos abrangentes aos quais pertencemos, da diversidade e do ambiente em que vivemos, (DFEE e QCA, 1999. pág.121).

Desse modo nota-se que não basta apenas colocar a criança de forma individual nas escolas, mas envolve-las em todas as situações de atividades que possam lhes oferecer o desenvolvimento do seu potencial humano. Nesse aspecto a criança com deficiência aprende que é mais um elemento importante no contexto social, porque na troca com os demais, em um processo de cooperação, desenvolve-se intelectual e moralmente construindo valores como respeito mútuo e autonomia. Conclui que sua necessidade de ser respeitada pelos outros, exige reciprocidade, e isso permite que construa sua autonomia própria.

É importante ressaltar que os pais têm grandes influências na vida de seus filhos, sejam eles especiais ou não. Dessa forma: “Quanto mais próximos o pai ou a mãe estiverem da educação da criança, tanto maior será o impacto no desenvolvimento da criança e na sua realização educacional” (FULLON, p. 227).

A presença efetiva dos pais na vida das crianças é vital para que tenha um bom desempenho, pois passam a depositar neles toda sua confiança, onde terão a função de serem não apenas pais protetores de tudo e sim amigos capazes de ajudá-los durante toda sua vida.

A tarefa de educar filhos não é fácil, porém consiste, em grande parte, em um bom senso reforçado por um interesse sincero e pelo o amor. É um compromisso consciente entre pais e filhos, de confiança e respeito mútuos.

Para Buscaglia (1993, p.41), “disciplinar crianças deficientes, de forma sensata e dentro de seus próprios limites especiais, não é cruel, mas ao contrario, pode representar uma atitude de maior generosidade”.

Percebe-se que a criança especial precisa e deve aprender a viver e conviver com a família e o mundo, entendendo que é preciso equilibrar-se diante de suas atitudes e que nem tudo que deseja terá de ser feito pelos outros.

De todo o exposto uma coisa sempre foi, é, e sempre será verdadeira a participação da família é de suma importância no movimento da inclusão. Seja de forma individualizada ou por meio de suas organizações, é imprescindível o seu apoio para que a continuidade histórica da luta por sociedades mais justa para seus filhos seja garantida.

A criança com deficiência somente terá um desenvolvimento saudável a partir do compromisso de seus pais também se desenvolverem, isto é, de assumirem postura e atitudes que conduzam também o crescer com a criança. Os pais deverão sentir-se-ão obrigados a adaptar-se na condição do filho especial, pois terão consciência de suas dificuldades e assim verá que é igualmente importante que seja dada a criança oportunidade para também se adaptar a eles.

Sabe-se, entretanto que muitas das vezes são os próprios pais os primeiros a negar a capacidade de seus filhos com a mania de superproteger o que acaba as sufocando, e as tornam meramente passivas na sociedade. Por desacreditar no potencial humano dos filhos eles acabam os privando-os de participarem da vida em conjunto e assim ter a liberdade de tomar suas próprias decisões, garantindo-lhes uma boa qualidade de vida e maior eficiência no desenvolvimento de suas habilidades.

Por isso é essencial que se invista na orientação e no apoio à família das crianças com necessidades específicas, pois precisam aprender a lidar com a necessidade de seus filhos para que possa melhor cumprir com seu papel educativo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, dispõe, em seu Art.3 que “ É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, á cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e a convivência familiar e comunitária”(Art.4).

Diante dos fatos é dever de todos ofereçam condições para que todas as crianças possam de forma humanizada e harmoniosa contemplar tudo que está vinculado a sua vida, ou seja, todos os direitos que lhes são cabíveis.

Direitos estes que na teoria sempre tiveram grande eficiência, porém na prática grandes são as dificuldades enfrentadas por milhares de crianças que apresentam necessidades específicas para fazer valer os seus direitos.

A garantia dos direitos dessas crianças abre novos horizontes de sua vida, onde elas passam a ter credibilidade em seu próprio eu, dando um voto de confiança a todos que a cercam, pois é uma maneira de sentir-se importante na sociedade.

Nesse aspecto é importante considerar que todo indivíduo nasce com o direito de ser feliz, de ser capaz de optar por seus gostos e desejos e de traçar sua linha de vida por meio de seu empenho, portanto a autoestima dá sentido à vida, dá ênfase a criatividade e é mais importante do que se pensa no processo ensino-aprendizagem, porque está ligada ao sentido interno do prazer de aprender, e tem estreita relação com as influencias do meio externo.

Segundo Taille, (2002) “a autoestima é o elo entre o gostar e o aprender, o partir e o chegar, o perder e o achar. Ela está ao alcance de quem consegue enxergar, seguramente, a ponte entre o sonho e a realidade”. Desse modo a criança precisa estar bem e inteirada com o mundo, considerando que seu estado de espírito influi positiva ou negativamente no

desenvolvimento de suas habilidades, dependendo de como ela se encontra diante da vida e diante de si própria.

Os olhares discriminatórios e a falta de respeito das pessoas meio aos problemas e dificuldades das crianças com necessidades específicas as fazem apagar o brilho dos seus olhos, afogando o desejo de sonhar e buscar estratégias que favoreçam a realização de seus sonhos, sentindo-se impotente diante da vida.

Para Mantoan (2015, p.24) “a meta da inclusão escolar é transformar as escolas, de modo que se tornem espaço de formação e de ensino de qualidade para todos os alunos”. A educação inclusiva é uma pedagogia que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiências ou de altas habilidades abrangendo os diferentes níveis de ensino.

Uma proposta de educação para a paz deve sensibilizar todas as pessoas para novas formas de convivência baseadas na solidariedade e no respeito às diferenças, valores essenciais na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e sensíveis para rejeitarem toda forma de opressão e violência.

A promoção do desenvolvimento integral da criança de 0-6 anos de idade deve ser priorizada considerando ser de fundamental importância o atendimento o quanto mais cedo para minimizar as necessidades educacionais especiais e ampliar as potencialidades da criança. Desse modo:

Todas as crianças em sua condição de seres humanos têm direito de beneficiar-se de uma educação que signifique aprender a assimilar conhecimentos, aprender a fazer, a conviver e a ser. Uma educação orientada a explorar talentos e capacidades de cada pessoa e desenvolver a personalidade do educando, com o objetivo de que melhore sua vida e transforme a sociedade (Marco de Ação de Dakar 2004, p.8).

As crianças possuem modos próprios de compreender e interagir com o mundo. Cabe-nos favorecer a criação de um ambiente escolar que atenda aos anseios e necessidades das crianças, oferecendo uma aprendizagem capaz de flexibilizar suas ideias e transformar o mundo.

As ações planejadas devem atender as necessidades identificadas, devendo ser movidas pelo desejo dos gestores de desempenharem seus papéis organizacionais e que implicam em compromisso com o coletivo para atender a interesses pessoais.

Enclausurar as crianças com necessidades específicas em classes especiais isoladas é negar-lhes o direito de ser feliz, além de ser uma atitude egoísta e desumana.

Os espaços de educação infantil devem contemplar uma melhor adaptação das crianças ao seu mundo real e precisam garantir as crianças tanto suas necessidades básicas físicas e emocionais quanto as de participação social de trocas e interações de constituição de identidades e subjetividades, de ampliação progressiva de experiências e conhecimentos sobre o mundo, sobre si mesmas e sobre a relação entre as pessoas.

A brincadeira é a melhor forma de aprendizado, é através dela que as crianças começam a socializarem-se umas com as outras e com o meio em sua volta, despertando suas concepções de mundo e desenvolvendo suas habilidades. As crianças aprendem a criar laços de solidariedade e de comunidade entre os sujeitos que dela participam, é, portanto, uma atividade que ao mesmo tempo identifica e diversifica os seres humanos em diferentes tempos e espaços, contribuindo para a construção da vida social coletiva.

A manipulação de brinquedos por meio das crianças com necessidades específica amplia a sua necessidade na busca pelo prazer, consolidando o lúdico ao relativo desempenho dessas crianças, pois elas passam a ver na brincadeira uma forma de fazer com que suas ações caminhem paralelamente com os seus desejos.

Vygotsky (1987) afirma que na brincadeira “a criança se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário; no brinquedo, é como se ela fosse maior do que ela é na realidade” (p.117).

Com o intuito de participar ativamente da brincadeira, a criança acaba por ter uma dedicação admirável às normas da mesma e acaba se deslumbrando diante do seu próprio comportamento, pois a brincadeira tem em si uma forma muito atrativa de prender toda a concentração das crianças.

Brincar é uma forma de participação social e possibilita a apropriação, ressignificação e reelaboração da cultura pelas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a política de educação inclusiva se sustenta em um conjunto de documentos legais e normativos para assegurar a efetivação de uma escola para todos conforme estabelece o capítulo V, Artigo 58 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (Lei n. 9.394/96), que define a educação especial como modalidade escolar para “educandos com deficiência”.

As reflexões realizadas nesse artigo sobre a pesquisa feita serviram de apoio no que se refere à prática pedagógica desde a educação infantil. Entre a teoria e a prática percebe-se que a Inclusão das Crianças com deficiência ainda é algo de muita discussão e que necessita de atenção.

Dessa forma a inclusão escolar é sem dúvida a melhor forma de fazer com que essas crianças participem ativamente da sociedade, acreditem em si próprias e lutem cada vez mais por seus objetivos na conquista pelo seu espaço social.

Diante dos fatos ficou notório que as crianças com deficiência encontram muitas dificuldades quanto a sua aceitação no que diz respeito à família, à comunidade, aos amigos e a sociedade.

Fundamentado neste diagnóstico a LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, propõe oportunizar as crianças com necessidades específicas que trazem consigo um sonho, um desejo e um ideal que precisa ser respeitado uma nova condição de reconhecimento como cidadã na sociedade, merecendo ser respeitada.

Contudo a inclusão escolar vincula o elo entre a confiança e o respeito mútuo, da mesma forma que possibilita a troca de experiências e saberes entre as pessoas, favorecendo as crianças com deficiência a autoconfiança diante de suas dificuldades.

Compreendemos também, que a falta de uma formação sólida voltada para os aspectos inclusivos, reflete negativamente na prática docente do professor, pois ele precisa, de forma contínua estar em contato com novas formações no que se refere a sua atuação profissional. Notamos ainda, que apesar das dificuldades existentes, o processo de inclusão é possível, desde que haja comprometimento e envolvimento por parte do docente, em uma boa formação pedagógica, além de apoio escolar e familiar.

REFERÊNCIAS

O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular/Ministério Público Federal; Fundação Marco de Ação de Dakar, 2 edição Ver. E Atualiz. Brasília. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.p.08.

Apud. BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais – Um desafio ao aconselhamento.** Rio de Janeiro: Record, 1993, pág.41.

Apud. CARVALHO, **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”** Edição 4, Porto Alegre, editora mediação, 2004,p.35.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: MEC, dez. 1996.

DFEE apud QCA, **Salto para o Futuro: Educação Especial: Tendências Atuais**, Secretaria de Educação a Distância. Brasília, Ministério da Educação, SEED, 1999, p.121.

ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**, LEI 8.069 de 13 de julho de 1990. Recife, Pernambuco, 2004. Art.4, p.16.

GENTILE, Paola, apud FULLON, **Indisciplinado ou Imperativo?** Nova Escola, junho 1991, p.227.

KISHIMOTO apud FONSECA, **O Poeta e a Fantasia, jogo, brincadeira e a educação**. 4 edição. São Paulo: Cortez, 1996, p.42.

LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, SEE-PE Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, Art.29, seção 2. Pág.167.

MANTOAN, Maria Teresa Eglêr. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Ed. Summus, 2015.

MINISTERIO DA EDUCACAO SOCIAL. Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoa Portadora da Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: MAS/CORDE, 1994, pág.186.

ROBERTO, Cláudio apud MANTOAN, **Inclusão e Escolarização**, Múltiplas Perspectivas, Porto Alegre: junho, editora mediação, 1997, p.68.

RODRIGUES, M. **Psicologia educacional – uma crônica do desenvolvimento humano**. São Paulo: McGRAW – HILL, 1976, P.90.

TAILLE, Y. D. L. **Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget**. In: TAILLE, Y. L.; OLIVEIRA, M. K. & DANTAS, H. Piaget, Vygotsky e Wallon – Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2002, pág.46.

Apud VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987, pág.117.